

O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS MANUAIS ESCOLARES¹

Jaeme Luiz CALLAI
jcallai@unijui.edu.br

*Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul –
UNIJUI. Brasil*

A historiografia brasileira e os manuais escolares de “história do Brasil” utilizados na educação básica tem sofrido alterações significativas nas últimas décadas, particularmente no que diz respeito aos temas discutidos. Estas alterações devem-se a conjugação de uma série de fatores dentre os quais cabe destacar, entre outros, o fortalecimento da pesquisa histórica no Brasil, a superação do regime autoritário pós 64 e a emergência de novos atores sociais.

Primeiramente é importante salientar que a pesquisa histórica no Brasil sofre o impacto positivo da consolidação de um sem número de programas de pós-graduação de história. Os ensinamentos aí ministrados, a oportunidade de discussão e de intercâmbio com outros centros de pesquisa contribui para o desenvolvimento de pesquisa histórica com padrões acadêmicos cada vez mais qualificados. A par da melhoria qualitativa da pesquisa deve-se considerar o impacto positivo na formação de professores que atuam no ensino de história na educação básica.

É especialmente através da pesquisa e do ensino de pós-graduação que se renova teórica e metodologicamente a pesquisa histórica e por via de consequência o ensino de história no Brasil. Esta produção especializada progressivamente chega, muito embora com algum retardo, à rede escolar de ensino e mesmo ao público leigo e mesmo. A ocorrência deste retardo deve-se em parte ao distanciamento e equivocada distinção entre os que produzem a pesquisa, o conhecimento, e aqueles que o transmitem. Persiste neste caso um equivocado distanciamento entre o pesquisador da universidade e o professor da escola.

¹ Os manuais escolares constituem-se em importante material de apoio no desenvolvimento das atividades de ensino aprendizagem. A partir da análise de livros didáticos de história destinados ao ensino de nível médio da educação básica o Autor discute qual o espaço destinado ao estudo de movimentos sociais com forte presença na história recente do país, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Indigenista e o do Movimento Negro que buscam cada romper a tradição de exclusão característica da sociedade brasileira.

No Brasil a produção historiográfica acadêmica, produzida no interior da pós-graduação se consolida já nos anos 70/80 do século passado. A revisão histórica que então se inicia sofre inicialmente o constrangimento da repressão política e da censura promovida pela ditadura militar então vigente. No início dos anos 70 era mais usual a produção de pesquisadores estrangeiros que contavam com maior liberdade para transitar pelos arquivos e por temáticas que incomodassem o status quo. A pesquisa histórica era dificultada sempre que se pretendesse enveredar por outros temas que não a tradicional história político-administrativa tão cara aos historiadores mais conservadores, mas mais difícil ainda era a disseminação destas novas discussões junto a um público mais amplo e especialmente no ambiente escolar.

É preciso que se realize a redemocratização, a anistia política, o fim da censura e a conseqüente conquista do direito de opinião para que a situação comece a mudar. Em meados dos anos 80, já sob o influxo da intensificação da luta pela redemocratização, vitórias eleitorais nas mais importantes cidades e unidades federativas (estados) do país inicia-se a discussão e a implantação de propostas de reformulação do ensino das ciências sociais e humanas, com a participação decisiva da universidade.

Muito embora a produção do conhecimento histórico atenda de um lado ao interesse, a curiosidade, a idiossincrasia do próprio pesquisador, simultaneamente responde também ao interesse de uma comunidade de iguais, de outros historiadores que chancelam, reconhecem e autorizam esse conhecimento novo. O interesse por determinado tema, a adoção de determinada perspectiva de análise e explicação pode vir a responder à necessidade instrumental de determinado grupo social. A pesquisa histórica neste caso deixa de ser um exercício desinteressado, um livre pensar acadêmico e transforma-se num conhecimento para alguém, para alguma coisa.

É precisamente este carácter instrumental que o conhecimento histórico assume que lhe garante sua institucionalidade. Este conhecimento passa a ser o conhecimento, a explicação que interessa e legitima os interesses de determinado grupo social. Apropriado pelo grupo, que nele se identifica e através dele se legitima o conhecimento histórico no dizer de FERRO(1969) assume um caráter hegemônico quando expressa o interesse das camadas dominantes de determinada sociedade. Este é um conhecimento, a história oficial é dominante, hegemônico, mas não único. Outro conhecimento histórico é possível, a partir de outros agentes sociais, articulados em focos contra-hegemônicos que buscam legitimar-se através novas perspectivas de explicação do passado.

Orwell (1984) em a Revolução dos Bichos expõe com brilhantismo e crueza como as verdades inscritas na parede do celeiro vão se modificando ao bel prazer e interesse daqueles “que são mais iguais que os outros”. Por certo numa sociedade democrática “as verdades que são inscritas na parede do celeiro” são aquelas que alcançam determinado grau de consenso, o que resulta de um processo de negociações entre interesses contrários quando não contraditórios. É assim que no próprio processo de legitimação de um determinado discurso histórico que se pretende hegemônico floresce a possibilidade da construção de um outro discurso contra-hegemônico, que aspira por certo constituir-se em hegemônico quando as condições da luta social o permitirem.

A renovação historiográfica é inerente ao desenvolvimento da pesquisa, mais que isso é sua condição necessária, novos temas, novos métodos ampliam o conhecimento do passado. O clima de liberdade política e acadêmica favorece o desenvolvimento de pesquisas que revelam a diversidade e a intensidade das lutas sociais contrariamente ao que quer fazer crer a história oficial. A revelação dos antagonismos, fa intensidade

dos conflitos sociais que caracterizam a sociedade brasileira revelados nas pesquisas acadêmicas chega às escolas? É parte da história escolar, ou este é ainda um domínio da história oficial?

A escola, uma instituição voltada para a configuração e conformação de um determinado cidadão, inicia a socialização dos indivíduos, é nela que se transmite uma bagagem mínima do patrimônio cultural herdado que a sociedade entende que deva ser preservado. A criança não vai a escola simplesmente para aprender a ler e escrever, vai também para reconhecer-se entre iguais, pertencente a uma mesma comunidade nacional. Na escola lhe é dito o que deve escrever e ler. Quem e como se estabelece o que a escola deve dizer à criança?

O exame dos manuais didáticos destinados ao ensino escolar, de crianças e jovens revela que os conteúdos propostos guardam uma admirável persistência. É ainda e sempre a velha história que se repete. Trata-se, no caso, de ensinar a História do Brasil sob a ótica da elite dominante, através de uma leitura dos acontecimentos que conforma uma determinada visão de sociedade. Esta perspectiva pode ser sucintamente caracterizada como uma história político-administrativa, do estado quando não do governo, sem conflitos e contradições, na qual a participação do povo é desconsiderada.

O Brasil, desde os tempos coloniais, caracteriza-se por uma profunda desigualdade social. Ao lado de uma minoria rica “grande proprietária de terras e de gentes”, vive uma massa de deserdados. Muito embora as transformações ocorridas no último século tenham resultado numa sociedade urbanizada, fortemente industrializada e numa agricultura moderna a população marginalizada e a desigualdade econômica e social permaneceram quando não se ampliaram. Fruto destas profundas transformações pode-se dizer que os principais focos das tensões sociais localizaram-se no campo e nas periferias urbanas.

Esta imensa população marginalizada e pobre, constituída de brancos, de negros, de indígenas e de mestiços nas últimas décadas do século XX, após o fim do regime militar tem-se organizado politicamente na defesa de seus interesses. Dessas organizações a que conta com maior força e visibilidade social e política é o Movimento dos Agricultores sem Terra – MST- cuja luta principal é a conquista de terra para plantar e viver. Ao mesmo tempo, com um viés étnico-racial, o Movimento Indigenista luta, com crescente sucesso, pela demarcação das terras indígenas que haviam sido usurpadas pela sociedade branca. Por sua vez a população negra organiza-se contra a discriminação e preconceito racial na defesa políticas de afirmação racial como, por exemplo, o estabelecimento de cotas raciais na universidade.

Muito embora grande parte das demandas propostas pelos setores acima referidos estejam contempladas na nova Constituição Federal, aprovada em 1988, sua efetividade depende em muito da permanente pressão popular organizada.

Compulsando alguns manuais didáticos de uso generalizado nas escolas do ensino básico o que é possível observar? Os conteúdos propostos referem-se às lutas destes segmentos sociais marginalizados? São eles considerados como atores históricos? Ou os manuais didáticos, muito embora toda a renovação historiográfica, continuam veiculando uma versão histórica que esconde as tensões e as lutas sociais? Quais os conteúdos da história do Brasil, propostos para o ensino de nível médio (15-17 anos)? Quais as referências às novas formas organizativas e de luta especialmente dos camponeses sem terra, de indígenas e de negros?

Foram analisados os seguintes livros de uso em escolas públicas e privadas de ensino médio, (MOTA & BRAICK:sd); (CAMPOS & MIRANDA:2005); (BARBEIRO & OUTROS:2004); (VICENTINO & DORIGO:2002); (PEDRO & LIMA:2005). São livros destinados ao ensino no nível médio e abrange tanto a história do Brasil quanto a história dita geral. Considerando que a emergência destes novos atores sociais ocorre nas décadas mais recentes a análise restringiu-se ao período da história brasileira, que é demarcado pela implantação da ditadura militar em 1964 e os tempos atuais. Este período histórico encontra-se descrito em aproximadamente 160 páginas de texto considerando-se o conjunto dos cinco livros acima citados.

O que se pode observar é:

- a) O absoluto predomínio de uma história político administrativa organizada de acordo com os sucessivos períodos governamentais. Fíéis à velha fórmula são enumerados os diversos presidentes da república e os principais acontecimentos de cada período presidencial;
- b) Os acontecimentos considerados relevantes são aqueles de natureza *política* – o jogo partidário, a luta contra a ditadura e a repressão, a constituição da nova ordem democrática, as eleições - ou de natureza *econômica* – crescimento econômico, inflação, desemprego, industrialização e modernização agrícola, ordem econômica mundial;
- c) Muito acidentalmente há referência a questões relacionada à cultura ou as artes, nestes casos o texto apresenta-se com uma diagramação diferenciada que tanto pode representar a intenção de dar ao tema especial relevo ou mais provavelmente destacar estes fatos como acessórios aos que constituem o leito privilegiado da história;
- d) As referências à participação popular, quando registradas dizem respeito à sua atuação no jogo político institucional – organização sindical e estudantil na luta contra a ditadura, a reorganização sindical, as campanhas pela anistia e por eleições diretas, constituinte, o impeachment do presidente Collor - ou na luta por melhores salários e contra as reformas neo-liberais e privatizações de empresas públicas. Esta participação popular pela natureza das questões em pauta é apresentada sempre como caudatária ou de partidos políticos ou de entidades como a Central Única dos Trabalhadores, o MST., a Igreja Católica;
- e) Apesar da intensa atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –MST- encontram-se somente as seguintes referências nas obras analisadas:
(BARBEIRO & OUTROS:2005) “A morosidade da reforma agrária agravou os conflitos no campo, com invasões de propriedades promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST).” (p.467). “ A polêmica sobre a posse da terra aumentou, e o MST ganhou espaço nos meios de comunicação. Ocorriam invasões de propriedades e morte de trabalhadores” (p.468). Há neste livro ainda uma imagem de um cartaz de propaganda do MST(p.468).
(MOTA & BRAICK:sd.) “Uma das maiores batalhas enfrentadas pelo primeiro governo de FHC foi travada no campo. Vários confrontos envolveram integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra (MST) e forças policiais. Os mais violentos ocorreram em Corumbiara(RO), em 1995, e em Eldorado dos Carajás(PA), em abril de 1996, quando 19 sem-terra foram massacrados por policiais do estado. Esses episódios, principalmente o do Pará, chocaram a comunidade nacional e internacional” (p.554).

(VICENTINO & DORIGO:2002) “Em termos de organização social, tem-se destacado desde a década de 1980 a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST). Trata-se de um reflexo da grave crise fundiária do país, gerada, por sua vez, pela intensificação do processo de concentração da terra. O MST promove a ocupação de terras devolutas ou latifúndios, principalmente os improdutivos, tentando agilizar os mecanismos formais de reforma agrária, tantas vezes prometidos pelo governos.” (p.658)

(PEDRO & LIMA:2005) e de (CAMPOS & MIRANDA:2005) não apresentam nenhuma referência ao MST.

- f) O Movimento Indígena muito embora tenha conseguido importantes conquistas, entre elas merece destaque a demarcação de terras indígenas em diversas regiões do país totalizando mais de 1 milhão de quilômetros quadrados o que supera a área de países europeus como Inglaterra e França, mesmo somados, não foi encontrado nenhuma referência, em nenhum dos textos. As terras indígenas demarcadas já correspondem a mais de 11% do imenso território brasileiro e estes autores ignoram! Nem uma linha sequer!
- g) A luta da população negra, talvez a que se apresenta menos organizada, também não é considerada nos livros analisados muito embora a população afro-descendente seja o contingente majoritário no Brasil e tenha garantido dispositivo legal que torna manifestações de racismo crime inafiançável e a adoção de sistema de cotas no ensino superior. A população negra ou auto declarada afro descendente corresponde a aproximadamente 44% da população ou algo próximo a 80 milhões de pessoas e as únicas referências dizem respeito a participação dos negros na música ou no futebol. A sociedade real, com seus conflitos, permanece excluída.

O que justifica o descaso dos autores para com questões de tamanha relevância? O fato dos manuais escolares não contemplarem adequadamente a crescente intensificação da participação social e política de grupos subalternos de expressão como os camponeses rurais, os indígenas e os negros revela a persistência de uma atitude preconceituosa, mesmo entre intelectuais bem-pensantes, e da roupagem formalmente renovada com que são apresentados os novos livros. Os excluídos, marginalizados socialmente, continuam marginalizados ou excluídos dos livros didáticos. Quando o Ministério da Educação procede ao exame e avaliação dos manuais didáticos que passarão a compor o catálogo para distribuição gratuita na escolas públicas há o cuidado de excluir livros que apresentem erros factuais, ou manifestações de preconceito de cor, sexo ou outros. A análise dos especialistas não em atentado para o significado dos silêncios, das omissões da história. O que não é dito ou está interdito ou é intencionalmente escondido.

Muito embora os Parâmetros Curriculares Nacionais de História para o Ensino Médio (BRASIL.Ministério da Educação: p.43-52) proponham “O estudo de novos temas, considerando a pluralidade de sujeitos em seus confrontos, alterando concepções calcadas apenas nos “grandes eventos” (.....)contribuindo substantivamente para a construção dos laços de **identidade** e consolidar a formação da **cidadania**. (...) A partir de problemáticas contemporâneas, que envolvem a constituição da cidadania, pode-se selecionar conteúdos significativos que possam responder às problemáticas contundentes vividas pela nossa sociedade, tais como as discriminações étnicas e culturais, a pobreza e o analfabetismo” os autores não conseguem livrar-se do peso da tradição. A pesquisa histórica se renova, mas o saber escolar proposto pelos manuais de história

persiste num discurso que dificulta o desenvolvimento da cidadania ao reiterar o papel da formas políticas tradicionais.

Surpreende a resistência, a dificuldade do manual escolar de história adequar-se aos avanços da pesquisa e em especial à dinâmica social de uma sociedade conflituosa como o Brasil. Reconquistada a democracia a escola é chamada a contribuir no desenvolvimento da cidadania, neste trabalho as ciências humanas e entre ela a historia constituem-se campo privilegiado para a discussão e formação uma mentalidade democrática, responsável e plural. Tal desafio exige materiais didáticos mais adequados. Mas não só novos materiais, é necessário também discutir a própria organização curricular do ensino básico, dos programas de ensino das ciências sociais e humanas com a recusa de um modelo reprodutivista de educação, que visualiza a educação escolar como uma instituição simplesmente transmissora de um saber produzido na academia.

O estudo dos manuais escolares de história postos à disposição das escolas precisa incorporar a contribuição dos novos atores sociais que no presente estão construindo uma sociedade que se quer mais justa e democrática. São estes novos atores que forçam sua presença no cenário histórico, que estão tornando efetivas as palavras do poeta que dizia “quem sabe faz a hora não espera acontecer...”. Estes novos atores definitivamente precisam ser “recebidos” na escola básica. Mais uma vez é preciso dizer com o poeta “... quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”. Mas infelizmente os manuais escolares continuam surdos ao clamor da cidadania

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBEIRO, H.; CANTELE, B.R. & SCHNEEBERGER, C.A. (2004) *História*. São Paulo:Scipione.
- BRASIL. Ministério da Educação (1999) *Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio*. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília:MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica.
- CAMPOS, F. de & MIRABDA, R.G. (2005) *A escrita da história*. São Paulo: Escala Educacional.
- FERRO, M. (1969) *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes.
- MOTA, M.B. & BRAICK, P.R. *História das cavernas ao Terceiro Milênio*. 2.ed. São Paulo: Moderna, sd.
- ORWELL, G. (1984) *A revolução dos bichos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- PEDRO, A. & LIMA, L.DE S (2005) *História da civilização ocidental*. 2.ed. São Paulo: FTD, 2005
- VICENTINO, C. & DORIGO, G. (2002) *História para o ensino médio*. São Paulo, Scipione.